



## *Prefeitura do Município de Santa Lúcia*

### JUSTIFICATIVA

**PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE PARCERIA ESTABELECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DENOMINADA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO - APAE, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO.**

PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017

#### **I - DO OBJETO:**

Trata-se de procedimento que tem por objeto a dispensa de chamamento público com vista à celebração de parceria estabelecida pela administração pública com a organização da sociedade civil denominada **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO – APAE**, para a consecução de finalidades de interesse público, regularmente constituída, de natureza jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, oferecidos a até 50 (cinquenta) pessoas com deficiência, sendo seu público alvo: crianças, adolescentes, adultos com deficiências, estendido a suas famílias.

Os serviços serão executados na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão - APAE, localizado na Avenida Francisco Fornilles, 155, na cidade de Rincão – SP, cujas atividades acontecem de segunda, terça, quarta, quinta e sexta-feiras, das 13 horas às 17 horas, visando promover atividades com enfoque socioassistencial. Destacamos que no Município de Santa Lúcia – SP não há nenhuma entidade que realize esse serviço.

#### **II - DA CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA:**

##### **DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS**

No Brasil, o tema da deficiência passou a ser objeto de políticas públicas mais efetivas somente no início da década de 1980. Isso ocorreu, em grande medida,

Rua Coronel Luiz Pinto, 319, Centro, Santa Lúcia/SP  
CEP: 14.825-000 – Tel. : (16) 3396-9600  
e-mail: secretaria@santalucia.sp.gov.br



## *Prefeitura do Município de Santa Lúcia*

pelo impulso inicial e pressão do movimento social, que já vinha se organizando e ganha força a partir da proclamação, pelas Nações Unidas, do “Ano Internacional da Pessoa Deficiente”, em 1981 – que buscava chamar atenção para situação de marginalização em que se encontravam tais pessoas.

O Município de Santa Lúcia – SP busca fortalecer políticas públicas efetivamente inclusivas em relação às pessoas que apresentam deficiências.

Uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais. Assim, a implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras devem incidir sobre a rede de relações que se materializam através das instituições já que as práticas discriminatórias que elas produzem extrapolam, em muito, os muros e regulamentos dos territórios organizacionais que as evidenciam.

As APAEs são entidades que reconhecidamente promovem a inclusão social das pessoas com deficiências.

### **III - DA JUSTIFICATIVA:**

Consoante artigos 31 c.c 32, da Lei Federal nº. 13.019/2014 apresento a justificativa de dispensa de chamamento público, com vista à celebração de parceria entre a administração pública com a organização da sociedade civil denominada **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO – APAE:**

a) Considerando a participação de Organizações da Sociedade Civil nos processos de planejamento, organização, coordenação e execução dos serviços de proteção social às pessoas portadoras de deficiências e seus familiares, articulados com as diversas políticas públicas estaduais e nacionais e o Sistema de Garantia dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

b) Considerando a Proteção Social Especial (PSE) como a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.

c) Considerando que na organização das ações de Proteção Social Especial é preciso entender que o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural pode

Rua Coronel Luiz Pinto, 319, Centro, Santa Lúcia/SP

CEP: 14.825-000 – Tel. : (16) 3396-9600

e-mail: secretaria@santalucia.sp.gov.br



## *Prefeitura do Município de Santa Lúcia*

incidir sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos, tensões e rupturas, demandando, assim, trabalho social especializado;

d) Considerando a Proteção Social Especial, os programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento a famílias e indivíduos portadores de deficiências;

e) Considerando que para sua oferta, deve-se assegurar proteção integral aos sujeitos atendidos, garantindo atendimento personalizado e em pequenos grupos, com respeito às diversidades (ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual);

f) Considerando que tais serviços devem primar pela preservação, fortalecimento ou resgate da convivência familiar e comunitária - ou construção de novas referências, quando for o caso - adotando, para tanto, metodologias de atendimento e acompanhamento condizente com esta finalidade;

g) Considerando que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão – APAE é o equipamento destinado a ofertar serviços continuados de acolhida, cuidado e espaço de socialização e desenvolvimento, oferecendo atendimento especializado a portadoras de deficiências e seus familiares;

h) Considerando que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão – APAE deve, portanto, garantir o atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local;

i) Considerando que constituem destinatários dos serviços a serem desenvolvidos: a até 50 (cinquenta) pessoas com deficiência, sendo seu público alvo: crianças, adolescentes, adultos com deficiências, estendido a suas famílias;



## *Prefeitura do Município de Santa Lúcia*

j) Considerando que os serviços oferecidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão – APAE são essenciais aos assistidos, e possibilita o atendimento das determinações constitucionais que se refere à dignidade da pessoa humana, fundamentalmente o direito universal à assistência social e a saúde;

l) Considerando que a paralisação e/ou a descontinuidade dos serviços resultará em graves prejuízos inestimáveis ao Município, bem como, aos portadores de deficiência, com implicações futuras no tocante a repasses de recursos federais;

m) Considerando que o art. 3º, da Lei nº. 8.742, de 07/12/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), com a redação da pela Lei nº. 12.435, de 2011, considera: "... entidades e organizações de assistência sociais aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos;

n) Considerando o previsto no § 3º, do art. 6º-B, da Lei nº 8.742, de 07/12/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social):

*Art. 6º-B - As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação.*

*§ 3º - As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.*

o) Considerando o inciso II do artigo 31 da Lei 13.019 de 31/07/2014, alterado pela Lei 13.204/2015, que regulamenta a questão da dispensa do Chamamento Público, senão vejamos:

Rua Coronel Luiz Pinto, 319, Centro, Santa Lúcia/SP  
CEP: 14.825-000 – Tel. : (16) 3396-9600  
e-mail: secretaria@santalucia.sp.gov.br



## *Prefeitura do Município de Santa Lúcia*

*Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

.....

*II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)*

p) Considerando que o artigo 12, § 3º, I da Lei nº 4.320/64 prevê:

*Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:*

.....

*§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:*

*I - subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;*

q) Considerando, por sua vez, o artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, dispõe:

*Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou défits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.*

r) Considerando o princípio da economicidade e demais princípios que regem a administração pública;



## *Prefeitura do Município de Santa Lúcia*

s) Considerando que Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual preveem o repasse do recurso financeiro;

t) Considerando finalmente, que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão – APAE, qualificada como organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, dedicada a promover a inclusão social e a cidadania da população que necessidade de atendimento especializado à pessoas portadoras de deficiências.

Deste modo, somos favoráveis à dispensa de chamamento público, visando à celebração de termo de fomento entre a Prefeitura de Santa Lúcia e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão – APAE, por apresentar proposta, que atende as exigências e requisitos previstos no inciso II, do art. 31, combinado com o art. 33, da Lei nº. 13.019, de 31/07/2014, alterada pela Lei nº. 13.204/2015 e demais normas atinentes à espécie.

### **IV - DA RAZÃO DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

Não existindo outra entidade de natureza simular no município, há patente hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão – APAE, sendo que suas metas somente podem ser atingidas no município por esta entidade.

Além disso a escolha recaiu em Organização da Sociedade Civil que apresentou os documentos necessários à celebração da parceria e já firmou outras parcerias com o Município de Santa Lúcia – SP, atendendo plenamente o interesse público.

### **V - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:**

Os recursos destinados ao custeamento do objeto dessa Parceria onerarão as seguintes dotações orçamentárias:

#### **Recurso Próprio:**

08.244.0025.2030 – Atividade

226 3.3.90.34 – Subvenções Sociais

Rua Coronel Luiz Pinto, 319, Centro, Santa Lúcia/SP  
CEP: 14.825-000 – Tel. : (16) 3396-9600  
e-mail: secretaria@santalucia.sp.gov.br



## *Prefeitura do Município de Santa Lúcia*

Valor total: R\$ 6.480,00.

### **Recurso Federal (convênio):**

08.244.0036.2040 – Atividade

233 3.3.50.43 – Subvenções Sociais

Valor total: R\$ 15.120,00.

### **VIII - DA CONCLUSÃO:**

Diante de todo o exposto, ao analisarmos a proposta apresentada pela indigitada Entidade, verificamos que **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO** revela-se imperiosa visando à melhoria na qualidade dos serviços prestados, especialmente por dinamizar e tornar mais eficiente e econômica a prestação dos serviços, restando, portanto, caracterizada a oportunidade e conveniência da Administração.

Assim, em atendimento ao disposto no inciso II, do art. 31, combinado com o art. 32 e 33, da Lei Federal nº. 13.019/2014, propomos a **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, para a formalização direta de parceria entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA - SP** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO – APAE**.

Santa Lúcia, 20 de dezembro de 2017.

**Patrícia Cristina Felix**

Presidente da Comissão de Licitação

**Maria Letícia Pereira**

Membro da Comissão de Licitação

**Mara Regina Noli**

Membro da Comissão de Licitação

Rua Coronel Luiz Pinto, 319, Centro, Santa Lúcia/SP  
CEP: 14.825-000 – Tel. : (16) 3396-9600  
e-mail: secretaria@santalucia.sp.gov.br



## *Prefeitura do Município de Santa Lúcia*

**PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE PARCERIA, A SER EXECUTADA EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA A FORMALIZAÇÃO DIRETA DE TERMO DE FOMENTO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA - SP E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO – APAE.**

**RATIFICO** a justificativa apresentada pela Comissão de Licitação a **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, para a formalização direta de Termo de Fomento entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO – APAE, inscrita no CNPJ nº 50.732.460/001-82, em consonância com o inciso II, do art. 31, combinado com o art. 32 e 33, da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Consoante o §1º, do art. 32, da Lei Federa nº13.019/2014, publique-se o extrato da justificativa, devidamente ratificado, a qual fundamenta a Dispensa de Chamamento Público, com vistas à celebração de parceria, PARA A FORMALIZAÇÃO DIRETA DE TERMO DE FOMENTO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO – APAE, cujo inteiro teor poderá ser consultado no site [www.santalucia.sp.gov.br](http://www.santalucia.sp.gov.br), ou diretamente no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Santa Lúcia, situada na Rua Coronel Luiz Pinto, 319, Centro, Santa Lúcia/SP, no horário das 8 até 17 horas.

Na forma do §2º, do art. 32, da Lei Federal nº. 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação.

Santa Lúcia, 20 de dezembro de 2017.

**Luiz Antonio Noli**  
**Prefeito Municipal**

Rua Coronel Luiz Pinto, 319, Centro, Santa Lúcia/SP  
CEP: 14.825-000 – Tel. : (16) 3396-9600  
e-mail: [secretaria@santalucia.sp.gov.br](mailto:secretaria@santalucia.sp.gov.br)



## *Prefeitura do Município de Santa Lúcia*

### **EXTRATO DE JUSTIFICATIVA**

**DISPENSA Nº 01/2017.** Justificativa de dispensa de chamamento público para firmar de parceria para a consecução de finalidades de interesse público. Processo nº: 001/2017. Base legal: Artigos 31, II 32 e seus incisos da Lei Federal nº. 13019/14. Entidade: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO – APAE, inscrita no CNPJ nº 50.732.460/001-82. Objeto da parceria: Acolhimento de idosos carentes acima de 60 anos de idade. Valor total do repasse com recurso próprio: R\$ 6.480,00. Valor total do repasse com recurso federal (convênio): R\$ 15.120,00. Período de Execução: 02 de Janeiro de 2018 a 30 de Dezembro de 2018. Tipo da Parceria: Termo de Fomento. **JUSTIFICATIVAS PARA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO:** A Entidade há anos vem desenvolvendo atividades em parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, o trabalho desenvolvido é de suma importância para até 50 (cinquenta) pessoas com deficiência, sendo seu público alvo: crianças, adolescentes, adultos com deficiências, estendido a suas famílias, sendo que no município de Santa Lúcia – SP não há entidade que desenvolve a atividade proposta. Considerando a necessidade do cumprimento do artigo 32 da Lei 13.019/2014, justificamos a dispensa de chamamento público para celebração de Termo de Fomento entre o Município e a organização da sociedade civil, uma vez que os Serviços de Assistência Social são de ação continuada e ininterrupta. Mediante as considerações expostas e o amparo da Lei 13.019/2014 o Município, dispensa de chamamento público o serviço de atendimento de até 50 (cinquenta) pessoas com deficiência, sendo seu público alvo: crianças, adolescentes, adultos com deficiências, estendido a suas famílias, prestado pela entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO – APAE, inscrita no CNPJ nº 50.732.460/001-82, 20 de dezembro de 2017. Luiz Antonio Noli, Prefeito Municipal.